

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA DO PROFESSOR PAULO NEVES DE
CARVALHO

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARVALHO, Elizabeth Neves de; CARVALHO, João Paulo Neves de; NEVES, Maria Irene de Melo; NEVES, Inês De Melo. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / NR-PNC, 2014. 35p.

ELIZABETH NEVES DE CARVALHO; INÊS DE MELO
NEVES; JOÃO PAULO NEVES DE CARVALHO; MARIA
IRENE DE MELO NEVES

(depoimento, 2014)

Belo Horizonte

2014

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: híbrida (história de vida / história temática); coletiva

Entrevistador: Evaristo Caixeta Pimenta

Transcrição, conferência e copidesque: Evaristo Caixeta Pimenta

Local: Residência de Elizabeth Neves de Carvalho. Belo Horizonte - MG - Brasil

Data: 30/05/2014

Páginas: 35

Entrevista realizada no contexto do processo de implantação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho.

Legenda:

ECP – EVARISTO CAIXETA PIMENTA (entrevistador)

ENC - ELIZABETH NEVES DE CARVALHO

IMN - INÊS DE MELO NEVES

JPNC - JOÃO PAULO NEVES DE CARVALHO

MIMN - MARIA IRENE DE MELO NEVES

1ª Entrevista: 30/05/2014

ECP – Eu gostaria que vocês começassem o depoimento explicando as origens da família. Quem eram os antepassados mais distantes dos quais vocês têm notícia?

ENC – O avô do papai, pai da mãe dele, Augusta, chamava-se Juan Antônio Fernandes, casado com Dona Serafina Pietro. Papai dizia que Serafina tinha só um dente. [Risos] Verdade! Ele dizia, gente. Era isso que ele dizia. Juan foi um asturiano, das Astúrias, situada no norte da Espanha. Como liderava o movimento contra o Reino das Astúrias, foi politicamente perseguido. Por isso, veio para o Brasil – como fugitivo político – com toda a família. Vovó tinha apenas dois anos nessa época.

IMN – Ele veio refugiado para o Brasil.

ENC – Nosso bisavô materno não escolheu Rio de Janeiro ou São Paulo porque esses lugares ainda não ofereciam segurança. Por isso foi para Guarani¹, enfrentando inclusive índios.

JPNC – Guarani fica em Minas, não é?

ENC – Sim, Guarani fica em Minas Gerais, na Zona da Mata. Das Astúrias foram para Barcelona em função do porto, já planejando a fuga pelo mar. De lá, foram para Guarani, onde se escondeu, chegando a enfrentar índios. Depois, para São João del-Rei² para trabalhar na Rede Ferroviária. Nessa cidade, vovó, espanhola, se casou aos 17 anos com Pedro Neves de Carvalho, pai do papai. Em seguida, Juan e Serafina partiram para Divinópolis³ porque a parte de mecânica da Rede foi transferida para lá. Àquela época, vovó já era casada, ficou em São João del-Rei, onde nasceu papai, em 20 de dezembro de 1919. Nosso avô, Pedro, também trabalhava na Rede Ferroviária, na área administrativa. Terminou vindo com a família para Belo Horizonte porque aqui se concentrou o escritório da Rede, depois que ela se desmembrou, além do que, poderiam oferecer oportunidade de estudo para os três filhos e, ainda, moravam aqui muitos espanhóis. Mas Pedro Neves, nosso avô, contraiu pneumonia e faleceu com vinte e poucos anos, já que na época não existiam antibióticos. Deixou três filhos: Pedro, com dez anos; Antônio com três, e papai com oito meses, ou menos. Já no enterro, o chefe do pai falecido prometeu a Pedro, irmão mais velho do papai, um lugar na Rede Ferroviária como “boy”, onde ficou a vida inteira, chegando também a chefe. Com este trabalho, ajudou muito a família. Os outros avós, os paternos, chamavam-se Francisca e Seu Gomes. Deles, nasceu, em São João del-Rei, Pedro Neves de Carvalho, pai do papai, nosso avô, onde conheceu vovó.

IMN – Eu gostaria de lembrar uma coisa. Ela, inclusive, não tinha os documentos. Nunca se soube exatamente a idade da vovó porque como eles vieram refugiados, eles

¹ Município do Estado de Minas Gerais localizado na mesorregião da Zona da Mata mineira. Dista de 276 km da capital mineira.

² Município do Estado de Minas Gerais localizado na mesorregião do Campo das Vertentes. Dista de 180 km da capital mineira.

³ Município do Estado de Minas Gerais localizado na mesorregião do Oeste de Minas. Dista de 121 km da capital mineira.

não puderam trazer documento algum. Então eles vieram, como assim dizer, neutros. E a partir daí que houve então o registro.

ENC – Ele eliminou os documentos. Rasgou os documentos de toda a família, o que dificulta, até hoje, a obtenção da cidadania europeia para todos os seus descendentes.

MIMN – Então eles chegaram como imigrantes.

IMN – É, mas sem os documentos de identidade para não serem procurados no Brasil.

JPNC – Interessante é que papai... Não sei se estou passando à frente em alguns anos. Papai, desde novinho, desde criança mesmo, demonstrou uma aptidão enorme pelos estudos, uma dedicação, uma garra em aprender. Estranhamente até de para uma criança na situação financeira dele. Era muito pobre, talvez no início, pois o pai morreu cedo. Então, só ressaltando isso. Vou deixar ressaltado, não é? Que isso foi, como se poderia dizer, a semente do futuro dele. Essa garra, essa vontade de aprender, de ir para frente, de se sobressair em relação aos colegas. Muito humilde mesmo.

ENC – Já que você tocou nesse assunto, ele e o Antônio, o irmão que gostava muito de festas, contrariando o jeito do papai, chegaram a dividir os sapatos. Mas também, como toda criança, uma farra, segundo tia Léa.

JPNC – Era o bonitão da família [Antônio].

ENC – Era o bonitão da família. Eles trocavam o sapato. Papai ia com o pé direito, vamos imaginar, o outro com o esquerdo. E se passava mercúrio cromo no outro pé para ir à escola. Aconteceu de trocarem os sapatos, de acordo com papai, mas não era sempre. Nosso pai, o Paulo, dizia sobre essa questão de vida simples e nós, os filhos, incorporamos a ideia de uma vida com muitas dificuldades.

JPNC – E a roupa deles, o uniforme deles, era feito de saco de aniagem...

ENC – Saco de aniagem foi feito para a formatura dele.

JPNC – Para a formatura? Ah, está certo.

ECP – Vamos retroceder um pouco no tempo. Vocês se lembram do ano em que os avós do Prof. Paulo Neves vieram para o Brasil?

JPNC – Não é difícil resgatar a data porque a minha avó faleceu, se não me engano, em 1986, com noventa e sete anos. Então, foi realmente no final do século XIX. Não era nem século XX ainda.

ECP – Eles eram naturais de quais cidades da Espanha?

JPNC – A vovó veio de Madri.

ENC – Na verdade, existe essa dúvida: Madri ou Barcelona? Foi confirmado com a tia Léa que ela nasceu foi em Barcelona. Agora, como não há documentos, a informação é de certa maneira duvidosa.

JPNC – Um fato curioso é que... Acho que foi esse avô do papai mesmo... Chegou a ser condenado à força na Espanha. E a rainha, na última hora, comutou a pena e ele saiu, foi expulso.

ECP – Quais eram as acusações contra ele?

ENC – O Principado das Astúrias... Ele era contra a herança dos tronos...

JPNC – Rebeldia.

MIMN – Ele era um revolucionário.

ENC – Ele era um revolucionário, liderava um movimento político contra o reinado das Astúrias, que é uma comunidade independente da Espanha. Por essa razão, ele e a Serafina, pelo que entendi, vieram. Ou ele veio sozinho. Já não sei ao certo.

ECP – Vocês saberiam dizer se Juan possuía algum alinhamento político-ideológico específico que justificasse o seu conflito com a monarquia?

JPNC – Não... Sei que ele era muito bravo e, no tempo em que ele morava em Divinópolis, todos tinham medo dele porque era muito rigoroso, gostava das coisas muito certas. E tem um caso até que uma vez havia uma festa do lado da casa dele... E ele pedindo para o pessoal parar... Era uma festa comemorativa lá em Divinópolis. Aí o avô chegou lá dentro da festa e deu um tiro para cima, dentro da sala, e acabou com a festa. [Riso] Para você ver que era um homem bravo e respeitado em Divinópolis. Isso no começo do século XX.

IMN – A nossa avó ficou viúva acho que com 26 anos, não é?

ENC – O pai dele [de Paulo Neves] faleceu de pneumonia, você imagine. E o irmão também.

ECP – Pneumonia era a doença da época.

ENC – A doença da época, não é? E ele morava acho que na Rua Pouso Alegre com Itajubá e deixou três filhos.

JPNC – Três homens.

ENC – Que são...

JPNC – Pedro, Paulo e Antônio.

ENC – Na verdade, Pedro, Antônio e Paulo. Papai era o caçula.

IMN – Papai era o caçula? É, está certo.

ECP – E como foi a passagem da família por São João Del Rei?

IMN – A tia Léa me contou uma história. Houve uma solicitação para que a vovó ficasse com os filhos lá em São João Del Rei. Mas, apesar de ser uma pessoa simples, ela tinha sabedoria e inteligência, como as irmãs também. E ela disse que não. Ela não ia ficar para restringir os filhos dela a São João Del Rei, e que iria se esforçar para trazer todo mundo para Belo Horizonte, para que aqui pudessem crescer, estudar e prosperar. Então ela veio com os filhos, apesar de toda a dificuldade. Ela veio para ficar com eles, para que tivessem uma chance.

MIMN – Ela era uma jovem viúva.

ENC – Então com vinte e seis anos, vinte e seis ou vinte e sete... Ela veio para Belo Horizonte viúva.

JPNC – Foi.

ENC – E vovó, nessa situação, resolveu aprender a costurar. Ela não sabia costurar. Então pegou roupas velhas e as desmanchou, para aprender a fazer os moldes. Também comprou blusas de números pequenos, para desfazer. Costurou para a meninada toda da Floresta. E fornecia marmitas. Papai dizia: “foram *muitas* marmitas”. Papai levava as marmitas diariamente, como também tio Antônio e tia Lourdes. Enquanto isso, estudava no grupo escolar. Muita luta, mas com muita disposição para tudo também.

IMN – E sendo sempre o primeiro aluno.

ENC – Menos em desenho, ele dizia. [Risos]

IMN – Em desenho não foi possível. [Riso]

JPNC – Sou mestre em levantar fatos curiosos. Um fato curioso com relação às marmitas... É claro que estamos avançando no tempo. Depois a gente retorna. Aquela foi uma época tão dolorosa psicologicamente para o meu pai... Ver a mãe dele, baixinha, em cima do fogão fazendo marmitas e costurando para ajudar na formação dos três filhos... Que ele tomou verdadeiro pavor de marmitas. Tanto que, quando morávamos na rua Pompéia, e às vezes passávamos uma época sem ter empregadas, éramos obrigados a pedir umas marmitinhas por uns quinze dias, um mês. A marmita vinha escondida dele. Fingíamos que estravávamos esquentando a comida e depois a servíamos. Assim ele comia, porque se falassem que a comida era de marmita, ele não punha a boca. [Risos] Há uma história também muito curiosa e triste. Apesar de odiar levar marmitas, ele as entregava. Um dia, ele, apressado, tropeçou e as marmitas caíram todas no chão. Ele chegou chorando em casa. Não sei como o caso se resolveu. Provavelmente perderam até os clientes... Que era o dinheiro que não podia faltar. Chegou chorando e queimado. Perdeu todas as marmitas. [Riso]

ENC – Só para terminar esse início da história... Aí quem surgiu? Seu Gomes!

IMN – Seu Gomes.

ENC – Seu Gomes foi com quem a nossa avó, Dona Augusta, se casou novamente.

ECP – Isso aconteceu nos anos 1930, não é isso?

JPNC – Perfeitamente. Entre 1928 e 1930, aproximadamente.

ENC – Seu Gomes, também espanhol – da Catalunha, foi com quem a nossa avó Augusta se casou. Papai estava com dois ou três anos quando vovó conheceu o Seu Gomes. Sua atividade principal, na Espanha, era a cantaria – ofício que prepara as pedras para sustentação dos edifícios. Ele veio para o Brasil com o irmão e, no início, trabalhou com barragens, numa firma que venceu uma concorrência em Divinópolis. Ali moravam os pais da vovó. Como ela já era casada com Pedro Neves de Carvalho em São João del-Rei, não foi para Divinópolis. O Seu Gomes conheceu uma moça rica e fina, com quem se casou. Mas ela morreu no parto. Desgostoso, veio para Belo Horizonte, mas já havia conhecido nessa época o Juan, nosso bisavô, em Divinópolis. Desse conhecimento, numa das idas e vindas de Juan a Belo Horizonte, acabou apresentando vovó a Seu Gomes, e fez muita força para isso. Depois, final feliz: se casaram. O curioso é que o Seu Gomes chamava-se Bento Gomes e também tinha Fernandes no nome. Ele tinha um bar. Ali perto, havia um vizinho que se chamava Gumercindo, também espanhol. Foi trabalhar com o Gumercindo, já casado com a nossa avó. Só que o Gumercindo desapareceu. Ele deixou vários títulos, várias notas promissórias. E ele [Seu Gomes] perdeu tudo porque assumiu a dívida. Papai dizia que ele era modesto, simples e sem cultura, mas conseguiu reunir bens por Belo Horizonte. Papai dizia que ele era um dos melhores homens que ele havia conhecido na vida. Ele não dizia isso?

IMN – Papai era louco, apaixonado por ele.

ENC – Foi um verdadeiro pai. Então, ele perdeu tudo. Com isso, foram obrigados a sair para Santa Tereza, onde moraram na Rua Buritis, 138. Mas, com a ajuda dos filhos e da vovó, as coisas, ainda com dificuldade, foram caminhando.

JPNC – Deixe-me repetir esse trecho só para que fique bem claro. Este conterrâneo, Gumercindo, era muito amigo do Seu Gomes. E o Seu Gomes, na confiança, avalizou notas promissórias. Àquela época, isso era... Se fosse hoje talvez não seria tão grave. Mas, à época, era tudo. As pessoas faziam questão de honrar seus compromissos. Então esse espanhol fugiu para a Espanha e deixou a dívida nas costas do Seu Gomes. Foi uma coisa tão cruel que, inclusive, isso foi uma das causas da sua morte, porque ele ficou deprimido e foi se debilitando. A vovó teve, de novo, que lidar com marmitas e com costura para ajudar. E papai... Foi então que ele entrou para ajudar, com muita vontade, no bar do Seu Gomes. Ele tinha dez ou nove anos de idade. O Papai então, para você ter uma ideia, com dez anos de idade, onze, ou nove, enfim, nessa faixa de idade... Ele saía às seis horas da manhã, da Floresta, a pé, de chuteiras, porque não tinha dinheiro para o bonde. A aula começava às oito horas...

ENC – Sete horas. Papai, quando dormia no bar com Seu Gomes, trocava de turno com o irmão Antônio e com o Oswaldo Nobre e ia a pé, de madrugada, do Horto até Santa Tereza, onde pegava o bonde na Rua Mármore. Ele chegava às sete horas no Ginásio Mineiro. Entrou para o Ginásio Mineiro com 11 anos.

IMN – Ele saía muito mais cedo.

JPNC – Saía às cinco, cinco horas da manhã...

ENC – Papai foi trabalhar com o Seu Gomes depois do acontecimento com os títulos. Então ele foi para ajudar. Ele tinha verdadeiro fascínio pelo padraço e o considerava demais, porque era um verdadeiro pai. Mas me parece que vovó ficou em Santa Tereza. Ele abriu um novo bar no Horto Florestal, onde ficava de segunda a quinta-feira e onde papai, muitas vezes, dormia – estudava durante o dia e trabalhava à noite. E, claro, voltava a estudar à noite. Trabalhava à noite e vendia o quê? Vocês se lembram? O que ele vendia, João?

JPNC – Ele vendia salame e cachaça.

ENC – Você se esqueceu do fumo de rolo!

JPNC – Fumo de rolo...

ENC – E pão com linguiça!

JPNC – Então papai, às cinco horas da manhã... Ele contava... Isso ficou gravado na minha cabeça... Papai falava assim... Nos momentos poéticos dele, quando ele me contou isso, umas duas ou três vezes... Foi na Rua Pompéia. Fazia um silêncio muito grande lá fora. Papai falava: “esse silêncio está me lembrando daquelas madrugadas. Eu, sozinho, escutando aquele barulho da chuteira ecoando assim”. [simula o ruído] E, às sete horas, ele comia só um pão com manteiga e saía para estudar.

ENC – À luz de velas.

JPNC – À luz de velas. Aí ele ia para o boteco.

ENC – Havia um quartinho para ele. Passou a dormir lá.

JPNC – Então ele chegava lá no bar e atendia. Todo mundo adorava papai. Era o baixo mundo da cachaça, do fumo de rolo e do salame. Atendia, atendia, atendia, mas, como nunca tinha tirado um segundo lugar em nada... Papai sempre foi o primeiro lugar, desde o primeiro ano primário até o último de faculdade. Ele fez mestrado e doutorado nos Estados Unidos, com tese defendida, em dois anos e meio. Com tese defendida! E ensinando para os americanos... Então, o que acontecia? Meia noite... Pense bem, uma criança de dez anos, depois de ter aula de manhã e de trabalhar em um bar até meia noite... Ele punha os pés na bacia de água fria, para não dormir. Aí sim ele ia começar a estudar [faz um gesto de virar páginas de um livro], até duas, três da manhã. Estudava, estudava. Punha as coisas... Pregava as declinações na parede... Isso era mais tarde... As

declinações em latim, as coisas que ele tinha dúvidas. Ele dormia vendo aquilo para aprender. E, na escola, ele era tão bom que, se por exemplo... Outra curiosidade: na tabuada, ele dizia que a professora dele era muito brava e que ficava com a régua na mão. Ela ficava assim: “três vezes quatro, oito vezes oito”. [faz gestos de apontar] Os meninos tinham que responder na hora. Papai contava que ele foi o único que nunca levou uma reguada na cabeça. [Risos] O menino errava e ela: pá! [Riso] Usava-se isso à época.

MIMN – E outra coisa. Papai, desde os quatro anos de idade, já sabia ler e escrever. E, muito jovem, já tentava ensinar algo.

ENC – Acho que podíamos retornar um pouco, não?

ECP – Como era o ambiente familiar durante a infância do Professor Paulo Neves após o casamento da Dona Augusta com o Seu Gomes? Como era a organização daquela família?

JPNC – Era simples. Mas muito respeito, muita união, sabe?

IMN – Posso dizer algo que a tia Léa sempre comentou?

ENC – Estamos citando tanto a tia Léa... Tia Léa e Tia Lourdes nasceram no segundo casamento, de Seu Gomes e Dona Augusta. Tia Léa ainda é viva.

ECP – Elas tiveram outros irmãos deste segundo casamento?

ENC – Só a Léa e Lourdes.

JPNC – É. As duas mulheres.

IMN – Era uma casa simples, mas que estava sempre com a mesa posta para quantos chegassem. E havia pilhas de colchões na casa porque a cada dia dormia um lá. Eles não sabiam nem quem ia chegar. A vovó recebia quem quer que fosse na casa dela. Havia pessoas que iam para lá para ficarem cinco, dez dias... Teve gente que morou lá a vida inteira...

ENC – O Oswaldo Nobre!

IMN – O Oswaldo, meu amigo. [Riso]

JPNC – Era colega do papai na escola.

ENC – Ele conheceu o papai no grupo. Mas é aquela história... Papai chegava e dizia à vovó: “ô mãe, ele não tem merenda, falta isso e falta aquilo em sua casa”. Bom, chegou a um ponto em que a madrasta dele... Parece-me que ele só tinha o pai, que era casado com outra pessoa. Um dia, a madrasta colocou o colchão dele e tudo o que tinha do lado de fora da casa. Eles já eram bem amigos. Papai voltou para casa e disse: “mamãe, o Oswaldo Nobre não tem onde *morar* agora”. –“Então traga, venha...” Com isso, ele morou lá por vários anos, até se formar, sendo considerado como filho. O Oswaldo

Nobre já morreu. Também houve o Félix Sobrinho Neto, sobrinho da vovó; ainda, Raimundo, amigo do Pedrinho, que não tinha onde morar; ainda, um rapazinho que veio para Belo Horizonte se tratar e nunca mais saiu de lá. Esse ficou lá por quatorze ou quinze anos. E Aécio, que sofria muito com o pai militar. Vovó enfrentou a situação e o pai foi logo dizendo: “leve para você este menino!”. E ela levou mesmo. Aécio, depois, a pedido da vovó, foi para o Rio de Janeiro trabalhar na mercearia do tio, no Leblon. Acabou fazendo aeronáutica e se casou. Enfim, era sempre para ajudar. Se a criança vivia alguma dificuldade, ou não, sempre se afeiçoava aos meninos. Só sei que foi muita gente que passou por lá. O Seu Gomes dava algum trocado quando algum deles dormia no bar com ele. Além disso, sempre havia babás que ajudassem com a casa e com as crianças, para que vovó pudesse costurar. Primeiro foi Maria, que veio de São João del-Rei. Esse foi o jeito que vovó encontrou para fazer suas costuras e para preparar as marmitas, principalmente depois da viuvez. Não existia o INSS. Depois, Sá Lúcia, que ficou até morrer. Sá Lúcia ficava de pé à hora do almoço, vigiando as crianças para que comessem tudo. Só assim teriam doce. Segundo soube, a casa era alegre e farta.

MIMN – E assim a nossa avó tratava a todos. Era um ambiente muito bom.

ENC – Mas fechada! Calada, fechada, mas muito honesta.

JPNC – Fico pensando como ela acordava o tio Pedrinho, não é? Que era o mais velho. Custava para acordar para ir trabalhar. [Riso]

ENC – Mas é claro, começou aos dez anos.

MIMN – Ele era o arrimo da família, inicialmente. Não podemos nos esquecer disso.

ECP – Vocês teriam algo a dizer a respeito de outras pessoas que frequentavam a casa? Vizinhos, amigos da família?

ENC – Pouco, não é, João? Oswaldo Nobre e os outros meninos... Também teve o tal que trabalhou junto com o Seu Gomes...

JPNC – Você [Evaristo] tocou em um ponto muito importante sobre o qual eu nunca havia pensado...

ENC – Não. Talvez nem tivessem muitos amigos. Papai não fazia mais nada além de estudar e trabalhar.

JPNC – Ah! A gente vai lembrando. Papai aprendeu a aplicar injeções muito cedo. Com nove, dez anos, ele aplicava injeções na vizinhança toda, naqueles sujeitos doentes, alguns gripados, outros desenganados. Aí batiam na porta, de madrugada, para chamarem o Paulo Neves para aplicar injeções nas pessoas. Isso era um fato. Mas, realmente... Não sei se era moda na época. Não havia esse convívio com vizinhos. Não tinha disso não. Era uma vida muito simples... Papai com muito estudo, não é? Eu gostaria de contar um caso. Vovó dizia que o Seu Gomes era um homem maravilhoso. Um dia o Seu Gomes ganhou na loteria. Mas não ganhou muito não. Era uma coisa

simples. E o que ele fez? Comprou três ternos para os três filhos homens, não é? Três ternos. Parece que estava chegando o natal. Ele comprou muitas castanhas, vinho, e fez uma reunião para comemorar. Os três rapazinhos todos vestidinhos lá. Aí acabou o dinheiro também. [Riso] Aquilo foi apenas pelo o prazer de dar os ternos e de fazer um jantarzinho para os filhos.

IMN – Não sei se vocês estão se lembrando... Da história da alfabetização no Horto, onde havia um...

ENC – Ele alfabetizava os trabalhadores...

IMN – Do lugar onde se matam bois... Como se chama aquilo?

ENC – Matadouro.

IMN – Matadouro. Eu tenho tanta dificuldade em falar essa palavra... Ele saía, com quatorze anos de idade, antes de tudo, de madrugada, e ia lá onde havia esse matadouro, acho que era Floresta ou Santa Tereza, para alfabetizar os seus funcionários.

JPNC – Papai contava mesmo que havia um moço negro, muito forte, com as mãos calejadas, até um pouco sujas de sangue de ter matado boi. Isso é até meio triste, não é? Papai chegava e perguntava: “e a lição de ontem? Repita aqui, leia para mim”. Alfabetizou, assim, por livre e espontânea vontade, uma série de pessoas simples, pobres. E sempre tendo o maior prazer.

ENC – João, nessa fase, ele já estava, me parece, no ginásio. Antes disso... Como ele fez para entrar no ginásio? Ele não tinha recursos financeiros.

JPNC – Eu sei.

ENC – Eu também sei. [Risos]

JPNC – Pode contar.

ECP – Mas antes da ida para o ginásio, o Prof. Paulo Neves frequentou o Grupo Escolar Barão de Macaúbas⁴, não é isso?

JPNC – Sim.

ECP – Vocês teriam algo a dizer a respeito dessa passagem dele pelo grupo escolar?

JPNC – Sim. Ele era idolatrado como o melhor aluno que já havia passado por lá em termos de notas. Ele quase chorava quando tirava um nove e meio. Àquela época, as notas do grupo eram publicadas no Diário Oficial do Estado. Então aparecia lá: Paulo Neves, dez, dez, dez, dez. Então ele era muito querido, nunca levou uma reprimenda. Dava aulas particulares, muitas vezes, para os próprios colegas. Isso no primário, para você ter uma ideia. A passagem dele por lá foi brilhante. Agora, é claro que não vamos

⁴ Atualmente Escola Estadual Barão de Macaúbas.

considerar o Paulo Neves também como um deus de humildade. Ele tinha a sua satisfação, seu orgulho, sua vaidade, não é? Não sei se isto gerou problemas na família, mas ele passou a ser conhecido no bairro como o Paulinho da Dona Augusta. Era o brilhante, o menino estudioso, o menino que tinha futuro...

MIMN – Menino prodígio!

JPNC – Menino prodígio. Ninguém o ensinou a estudar. A família dele era humilde. Bastava trabalhar.

ENC – Tanto que os outros irmãos não eram assim. Eles não tinham essa dedicação aos estudos, essa obstinação, esse interesse. Mas, ainda assim, o irmão Antônio e a irmã Léa se formaram como advogados. O tio Pedrinho se formou em contabilidade e tinha um raciocínio matemático muito aguçado, fazendo operações matemáticas mais rápido do que as calculadoras da época.

ENC – Mas papai extrapolou.

IMN – Mas a vovó, que não teve oportunidades, tinha uma sabedoria própria da família, das irmãs...

ENC – Claro, mas de onde surgiu isso? Como nasceu?

MIMN – Essa genialidade toda.

ENC – Talvez tenha surgido da necessidade do início, do amor pela vovó, do senso de responsabilidade. Eles tinham obrigações. Além da genialidade dele, isso é óbvio também. Agora, depois do grupo?

IMN – A bolsa de estudos.

ENC – Pois é, era sobre isso que eu ia falar.

JPNC – Pois bem. Um belo dia... Havia um vizinho lá. Papai me contou. Até chorou. Papai, já poucos anos antes de morrer, me disse: “João Paulo, eu queria dar o nome...”

ENC – Heráclito!

JPNC – Heráclito. “Querida dar o nome do Heráclito a alguma rua ou recanto do bairro Conde”, onde residia. Então ele tinha um vizinho, que se chamava Heráclito. Papai nunca tinha sacado que estava sendo observado. Um dia esse Heráclito – um alto funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte, por observar a dedicação do nosso pai aos estudos ou por bel prazer, escreveu uma carta e a enviou para o Governador de Minas Gerais.

ENC – Era o Olegário Maciel.

JPNC – Chamava-se Presidente à época.

ENC – Então Heráclito era funcionário da Prefeitura à época e o Governador era o Olegário Maciel, não é isso? E ele fez uma carta de próprio punho citando...

JPNC – Dizendo: “tenho um vizinho de dez, onze anos de idade. Ele é inteligentíssimo, só tira notas boas, mas de família *muito simples*. Ele precisa de ajuda. Não sei como será daqui para frente...”.

ENC – Ameaçado de parar os estudos...

JPNC – Enviou a carta despretensiosamente. Àquela época era tudo pago, não é?

ENC – Havia dois colégios na cidade: o Arnaldo e o Ginásio Mineiro⁵.

JPNC – Que hoje é o Estadual Central.

JPNC – Então o vizinho enviou a carta. Papai não ficou nem sabendo. Um belo dia, entra na rua uma motocicleta [gesto de acelerar uma motocicleta] com o guarda vestido lá e tal, todo fardado. Chegou e entrou. Todo mundo se assustou, vovó se assustou. Estacionou na porta [simula o ruído de uma motocicleta] com placa do Estado ali, do Governo... Desce o guarda e entrega um papel, um documento, uma espécie de intimação. Vovó abre e lê: “vocês estão convidados a comparecer...” Papai falava: “a palácio”, que é o correto, não é? “A palácio... Dia tal, à tal hora, para um encontro com...” Era um secretário, não sei. Alguém da confiança do Governador...

ENC – Chefe de gabinete.

JPNC – Chefe de gabinete do Governador. Mas foi um Deus nos acuda, não é? Aquele medo, aquele temor.

ENC – Vovó levou o papai, mas não entrou no Palácio do Governo. Ela se recusou a entrar.

JPNC – Vovó tinha tanto respeito à autoridade, que não passava em frente ao Banco do Brasil. Quando papai e vovó andavam na rua, ela atravessava a rua para não passar em frente do Banco do Brasil, porque era o símbolo de poder, de autoridade. Não atravessava na frente do Banco do Brasil. [Riso] Aí a vovó fez um terno especial. Foi todo arrumadinho.

ENC – Era um terno de saco de aniagem.

JPNC – Tingido de azul, não é?

ENC – Não. Era branquinho, alvejado. À época havia os sacos de linho grosso importados que eram usados para embalar cereais e outros produtos, e que podiam ser alvejados e amaciados, tornando-se um tecido muito bonito e bom para a manufatura de roupas. Não era como o material usado para embalar cereais que temos hoje.

⁵ Atualmente Escola Estadual Governador Milton Campos.

JPNC – Papai foi lá. Foi recebido com café, pão e bolo. Foi um negócio...

ENC – Depois ele foi de taxi para o Ginásio Mineiro. Tudo pago pelo governo.

JPNC – Aí chegou lá, não é? Foi recebido e disseram a ele: “recebemos uma carta e o Governador se sensibilizou. Você terá o Ginásio todo pago pelo Governo”.

ENC – Mas, mesmo assim, ele foi submetido a certo teste. O secretário desse ginásio, ex-jogador do Atlético Mineiro, solicitou uma lista de documentos para sua admissão, incluindo os boletins. Papai organizou tudo certinho e esse funcionário não teve qualquer dúvida: foi aprovado e como bolsista.

ENC – Aquilo foi mais do que o suficiente para ter ser aceito para a doação da bolsa. Ele ganhou uma bolsa de estudos. Então, foi a partir daí que ele entrou no Ginásio Mineiro.

ECP – E isso ocorreu em que ano?

ENC – Ele tinha onze anos. 1930.

JPNC – Ele estudou lá entre 1930 e 1934, não é? Não sei se ele fez admissão na época...

ENC – Não, não havia. Era diferente.

JPNC – Então ele fez os quatro anos de ginásio no Ginásio Mineiro, para variar, sendo o primeiro aluno. E consta que se formos aos arquivos do Ginásio Mineiro estarão lá as notas: Paulo Neves dez, dez, dez. Às vezes aparecia um nove e meio.

ENC – Ele chegou a diretor foi no Ginásio Mineiro ou no Colégio Anchieta?

JPNC – No Colégio Anchieta, com dezenove anos.

ECP – O Professor Paulo Neves chegou a relatar algo sobre o sistema de ensino do Ginásio Mineiro?

JPNC – O que me lembro é que ele dava aulas particulares para colegas sem cobrar. Ia às casas deles. Há até um caso...

ENC – Mas o sistema educacional do próprio estabelecimento... Eu não tenho conhecimento. O que sei é que o Ginásio Mineiro era considerado o melhor colégio da época, de bom ensino. Acredito que tenha sido um sistema de ensino rígido, natural para a época.

JPNC – É sabido que era bem rigoroso.

MIMN – Havia muitas matérias.

JPNC – Um formado em ginásio àquela época... Equivaleria ao científico.

ECP – Ele chegou a contar algo sobre os professores? Sobre quem eram? Nomes?

IMN – A gente não se lembra.

JPNC – Ele teve muitos colegas que depois tornaram-se pessoas ilustres. Não sei se o próprio Oscar Dias Corrêa⁶ foi dessa época, o ex-governador Aureliano Chaves⁷... Com os quais depois ele se encontrou na Faculdade Livre de Direito. Mas não sei exatamente quais. Tem uma meia dúzia aí.

⁶ **Oscar Dias Corrêa (1921-2005)**. Natural de Itaúna (MG), Oscar Corrêa formou-se Bacharel em Direito pela Universidade de Minas Gerais, em 1943; foi eleito Deputado para a Assembleia Estadual Constituinte Mineira de 1947, pela UDN. Exerceu dois mandatos como Deputado Estadual em Minas Gerais e elegeu-se Deputado Federal, em 1955, também pela UDN, cumprindo três mandatos consecutivos. Foi catedrático na Universidade de Minas Gerais (1952) e Universidade do Brasil (1957), atuando também como docente na Universidade de Brasília e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Secretário de Estado de Educação em Minas Gerais, no Governo de José de Magalhães Pinto, entre 1961 e 1962. Foi eleito membro das Academias Mineira (1970) e Brasileira (1989) de Letras. Foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, entre 1982 e 1989, e Ministro da Justiça do Governo José Sarney, em 1989. Fonte: CORRÊA, Oscar Dias. *Coleção memória política de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2000.

⁷ **Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003)**. Natural de Três Pontas (MG), Aureliano Chaves formou-se engenheiro eletricitista e mecânico, em 1953, pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Minas Gerais. Tornou-se professor de máquinas elétricas do mesmo instituto e engenheiro-chefe da Prefeitura de Itajubá. Mudou-se para Belo Horizonte para reger a cadeira de transmissão de energia elétrica no Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais. Exerceu o mandato de Deputado Estadual, pela UDN, como suplente, em 1959, 1960 e 1961. Em 1962, foi indicado pelo então governador de Minas, José de Magalhães Pinto, para assumir a direção técnica das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). No mesmo ano, foi eleito Deputado Estadual, pela UDN, partido do qual foi líder na Assembleia Legislativa mineira. Em fevereiro de 1964, licenciou-se do mandato para assumir a Secretaria de Educação no governo Magalhães Pinto. Em agosto de 1965 foi nomeado para a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1966, após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), de orientação governista. Em 1966, Aureliano Chaves foi eleito Deputado Federal por Minas na legenda da Arena. Em 1968, Aureliano foi um dos arenistas que votaram contra a o pedido de licença do governo para processar o Deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Diante da negativa do Congresso em conceder a licença requisitada pelo governo, no dia 13 de dezembro foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), dando ao Executivo o poder de colocar em recesso o Congresso e os legislativos estaduais, de cassar mandatos parlamentares e de suspender direitos políticos e garantias individuais. Em 1970, retomou as atividades parlamentares e, em novembro de 1970, reelegeu-se deputado federal por Minas Gerais na legenda da Arena. Em junho de 1974, Aureliano Chaves foi indicado pelo Presidente Ernesto Geisel para governar Minas Gerais. Em 1978, foi eleito indiretamente como Vice-Presidente da República junto ao General João Batista Figueiredo. Em setembro de 1981, o general Figueiredo sofreu um infarto do miocárdio que o obrigou a se licenciar do cargo por 60 dias, e Aureliano Chaves, como previa a Constituição, assumiu interinamente a presidência da República. Sua posse, em 24 de setembro, foi cercada de apreensão, visto que em 1969, durante a crise política desencadeada pela doença do presidente Costa e Silva, o vice-presidente, Pedro Aleixo, também civil, fora impedido de assumir o cargo. Com a vitória de Tancredo Neves sobre Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, Aureliano foi escalado para chefiar a pasta das Minas e Energia, sendo empossado em março de 1985 pelo presidente em exercício José Sarney. Em março de 1989, Aureliano Chaves foi lançado candidato à sucessão do presidente Sarney nas eleições de novembro pela executiva nacional do PFL. O candidato do PFL teve votação insignificante em todo o país no primeiro turno das eleições presidenciais de 15 de novembro de 1989, não vencendo nem em Três Pontas. Em janeiro de 1999, foi convidado pelo então Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, para integrar o conselho da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Fonte: CHAVES, Aureliano (Verbete). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

ECP – Àquela época, o diretor do Ginásio Mineiro era o José Maria Alkmin⁸.

JPNC – Ah... Olha que interessante. Eu havia me esquecido deste detalhe.

MIMN – É interessante aquele episódio... Aí ele já era Diretor... Substituindo, se não me engano, o Diretor do Colégio Anchieta, não é? Havia uma sacada no Colégio e ele ficava observando os adolescentes brincando... Enfim, conversando. Era uma loucura, era uma algazarra, aquela coisa. Mas, bastava surgir a figura dele na sacada... Um olhava para o outro e diziam: “olha o Diretor!”. E era um silêncio total. Eles tinham um respeito que você não tem ideia.

JPNC – A Irene foi um pouco além no tempo. Nesse momento, o papai já tinha dezenove anos. Isso tem que ser registrado sim. É bom para a gente não se esquecer. Eu havia me esquecido deste detalhe, da autoridade, do rigor, do medo que impunha aos alunos, sabe?

ENC – Dentro daquilo que o João Paulo havia começado a mencionar, nas aulas particulares que dava na casa da vovó, ele colocava os alunos de castigo.

JPNC – Isso no ginásio, não é?

ENC – Eles tinham que escrever no quadro negro, horas a fio...

IMN – Os erros de português.

ENC – Quando ele saía, vovó liberava os meninos. [Risos] Mas ele mantinha. Estamos passando esta imagem de uma rigidez e de uma austeridade. Mas não era bem assim não. Comigo ele foi se abrindo mais, se tornando mais flexível. Nos colégios por onde passei, com minhas inocentes “levadezas”, acho até que, no fundo, ele achava era muita graça. Eu sentia isso, uma certa cumplicidade.

JPNC – A nossa infância foi conduzida com bastante rigor. Só mais um fato curioso dele nessa época do Ginásio Mineiro: ele dava aulas particulares para um menino rico,

⁸ **José Maria Alkmin (1901-1974)**. Natural de Bocaiuva (MG), José Maria Alkmin diplomou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 1929. Eleito Deputado para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e para a Câmara dos Deputados no mesmo ano. Assumiu, em 1935, o cargo de ministro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Tornou-se catedrático de Economia Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UMG), em 1939. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), em cuja legenda elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte de 1945-1946. Exerceu novamente o mandato de Deputado Federal (com interrupções para assumir pastas) nas legislaturas de 1946-1951, 1954-1956 e 1958-1964. Em 1951, foi empossado como Secretário de Estado de Finanças de Minas Gerais, no Governo de Juscelino Kubitschek, então Governador, e, em 1956, Ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek, quando Presidente da República. Em 1964, foi apontado Secretário de Estado de Finanças de Minas Gerais do Governo de Magalhães Pinto. Em 11 de abril de 1964, foi eleito pelo Congresso, em chapa encabeçada por Castelo Branco, vice-presidente da República. Com a extinção dos partidos políticos em outubro de 1965, determinada pelo Ato Institucional nº 2, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), sendo ainda uma vez reeleito deputado federal em novembro de 1966. Foi apontado Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais no Governo Israel Pinheiro, em 1967. Fonte: ALKMIN, José Maria (Verbete). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas*. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

muito rico, que tinha piscina em casa. Àquela época, nos anos trinta, isso era quase impossível, não é? Então papai chegava lá, dava aula para o menino e não cobrava. Engraçado, papai sempre se queixou disso. E papai não se queixava de quase nada. Disso ele se queixava, não sei se vocês se lembram. Ele ia lá, dava aula e não cobrava. Terminada a aula, o menino ia com todos os outros amiguinhos dele para nadar na piscina. Ele nunca convidou o papai. Nunca chamou. E ele doido para nadar. Agora, papai também não pedia: “posso nadar?”. Não. Ele tinha orgulho. Mas ele contou isso com uma certa mágoa. Nunca, nunca... Ele ia lá várias vezes, ia embora, e a turma entrava para nadar.

IMN – Era a falta de reconhecimento por tudo o que ele fazia.

ENC – Então havia essa disponibilidade, essa generosidade do papai a qualquer um que fosse, independentemente de classe social. Há também aquele episódio, foi nessa época, me parece. Quando ele saía do Colégio Anchieta, já Diretor, sempre via um catador de papéis, lembram-se? Só que ele percebia que o homem não apenas catava os papéis no lixo, mas se sentava no meio fio e lia todos com interesse. Um dia, papai se aproximou, conversou, acabou instruindo e orientando o moço. E o que aconteceu? Ele deixou de ser um catador de papel e chegou a um cargo significativo em Brasília. Esse senhor foi à missa de trinta dias do papai. Eu o vi, sim. Quando ele se aproximou de mim, pensei: é ele! Ele era uma pessoa negra, distinta. E veio diretamente até mim. Intuitivamente percebi que era ele. Ele se dirigiu até nós para nos cumprimentar, não é? Eram impressionantes os episódios.

JPNC – Há dezenas de casos semelhantes ao longo da vida do papai. Muitos e muitos.

ECP – O Professor Paulo Neves chegou a dizer algo, ainda em relação a essa época do Ginásio Mineiro, sobre grêmios, jornais estudantis, concursos de oratória?

ENC – Não. Segundo tia Léa, sua irmã do segundo casamento, grêmios só aconteciam para festas e picnics àquela época. E papai só pensava em estudar e trabalhar.

JPNC – Toda vez que alguma autoridade visitava o Ginásio Mineiro, ele era escolhido para fazer discursos.

ENC – Isso era um dom. Ele não podia ver um caixote de qualquer coisa, que subia nele. Os discursos eram todos improvisados e emocionavam multidões. As pessoas choravam, se emocionavam. Eram contagiantes, os discursos.

JPNC – É, mas fora isso, ele nunca bateu nessa tecla de grêmios estudantis. Ele não tinha tempo!

IMN – Havia uma coisa do sindicato... Ele trabalhou com os lixeiros. Ele subia no caixotinho...

JPNC – Isso já foi na Prefeitura de Belo Horizonte, em 1958. Eu tinha sete anos de idade.

IMN – Mas ele tinha esse espírito.

ENC – Há algumas informações que a gente realmente não tem porque o papai... Ele não tinha muito tempo para a família, não é? Então, em alguns momentos ele passava algumas coisas para a gente, no Natal, nos finais de semana, mas muito raramente. Possivelmente as pessoas de fora da família ou os alunos tenham conhecimento de alguns episódios melhor do que nós.

JPNC – É. Ele era um homem que saía às sete horas da manhã e voltava meia noite, uma hora da manhã.

ENC – Ou então não voltava.

IMN – O próprio Antônio Anastasia, em seus discursos, fala em detalhes sobre coisas muitíssimo interessantes sobre papai que desconhecíamos.

ECP – Ao término do ginásio, Paulo Neves recebeu uma bolsa de estudos para ingressar na Faculdade Livre de Direito. Como aconteceu esta concessão de bolsa?

JPNC – Ele contou... Foi do mesmo jeito. Ele não pagou a faculdade de Direito. Ele recebeu uma bolsa... Não existia universidade federal naquela época, era tudo pago também. Papai não pagou, conseguiu uma bolsa novamente. Ele me contou isso umas duas vezes, mas não retive a informação, infelizmente.

ENC – É claro que ele foi se destacando cada vez mais e chegou a... Estamos em qual período? [Riso]

ECP – Ele ingressou no Curso Pré-Jurídico em 1937. Havia este curso antes da Faculdade à época.

JPNC – Essa é a época do Colégio Anchieta, não é? É época em que ele fez muita amizade com o... Milton Campos?

ECP – O Diretor do Colégio Anchieta era o Newton de Paiva Ferreira.

JPNC – Newton de Paiva. Não sei porque cargas d'água, papai fez amizade com o Newton de Paiva e adquiriu o seu respeito . Nessa época, ele provavelmente já fazia faculdade e era Diretor do Colégio Anchieta, no curso noturno. Não sei se as minhas irmãs tem algo a acrescentar. Dessa fase da faculdade eu não tenho nada a destacar. O que a gente tem a destacar aí... Ele batia muito na tecla sobre coisas do Colégio Anchieta, não é? Aí a gente depreende... E ele mesmo confirmou aquilo que a Maria Irene disse. Ele, com dezenove anos, tomava conta de três mil alunos do curso noturno. E dizia que punha a turma para marchar, em época de sete de setembro. Todo mundo saía ali da rua Tamoios, marchando, marchando marchando, um, dois, um dois... E ele à frente. Usava-se isso. Passavam pelo centro da cidade e voltavam. Ninguém dava um pio. Havia uns quinze minutos ou meia hora de intervalo, em que eles jogavam bola de meia. Era aquela algazarra. E papai chegava na varanda assim... [faz um gesto de apontar para o relógio] Acabava o jogo. E ele ficava no corredor vendo o pessoal entrar

nas salas de aula. Ele contava dois casos engraçados dessa época. Dois casos muito engraçados. No primeiro deles, ele entrou na aula de francês... Aquela luz *ruim*, à noite... O pessoal estudava à noite e trabalhava durante o dia. Ele não podia ser rigoroso demais, pois, normalmente, era um pessoal mais velho. Ele entrou na aula de francês... Todos os alunos dormindo, apagados, isso às dez horas da noite. E o professor de francês lá, quase dormindo, quase assim: [coloca uma das mãos no rosto, abaixa a cabeça e apoia o cotovelo na mesa]... “Je suis, tu es, Il est, nous sommes vous etes”... Todo mundo dormindo. [Riso] Pense bem, Feliniano, não? Ele deveria ter tirado uma foto da cena. O segundo caso não tem muito a ver, mas pelo menos ameniza, não é? Um dia papai estava no Colégio Anchieta, com dezenove anos, como já disse, e entra o professor de matemática dando pulos: – “Entendi! Entendi!”. – “Calma fulano, o que foi?” – “Não, Paulo Neves, há treze anos que ensino este teorema e hoje eu o entendi.” [Risos] E caiu a ficha. Então essa época... A tia Léa conta também que no âmbito familiar, das irmãs dele... Com a tia Léa e com a tia Lourdes ele era ultra rigoroso, duríssimo. Não as deixava namorar, essa coisa. Muito rigoroso.

ENC – É, mas tio Antônio dava um jeito de levá-las.

IMN – Tio Antônio era mais solto. Então as duas moças do segundo casamento eram controladas.

JPNC – O Tio Pedrinho, o mais velho, fez um violino com uma corda só e fazia serenatas para as moças. Mas papai nunca teve lazer. Nunca, nunca.

ENC – Nem férias, nem sábados, nem domingos.

ECP – Ele não frequentava nem bailes, que eram comuns à época? Não tinha vida social?

ENC – Não, nenhuma. Houve uma única vez... Mamãe dizia que a gente pedia... Mamãe, principalmente, reclamava que ele nunca passava férias conosco. Um dia, ele apareceu em Guarapari... Eu tinha dezoito anos. Foi a primeira vez e a gente riu muito. Papai, com um calção grande, branquinho, pulando as ondinhas. E a gente riu demais da cena, aquela coisa mais inusitada. Paulo Neves pulando ondinhas em Guarapari. [Risos]. E aquela coisa... Claro que ele deve ter imaginado: “estou aqui com meus filhos, minha família querida e tal.” À tarde ele se levantou, pegou a mamãe e os quatro filhos. A gente foi... Vocês irão se lembrar... Fomos a um restaurante. Aliás, saímos para procurar por um restaurante. “Agora vamos almoçar!” Então foi aquela família toda arrumadinha... Os quatro, papai e mamãe. A primeira casa que a gente viu era uma casa com umas mesinhas, cheia de gente, com pessoas bonitas, garçom, não é? Sentamos. Chegamos a pedir o cardápio... Claro que não era um restaurante. Era a casa de um ex-aluno.

IMN – Era uma festa que ele estava dando. [Riso]

ENC – Casamento ou aniversário. Papai tentou sair, mas não o deixaram.

JPNC – Ele entrou lá sem querer?

ENC – Entrou achando que fosse um restaurante. Você estava presente.

JPNC – Não me lembro disso, gente. Acho que fiquei tão traumatizado que apaguei da memória. [Riso]

ENC – Era a casa de um ex-aluno que, naturalmente, não permitiu que a gente saísse. E lá ficamos.

JPNC – Que engraçado. Mas ele nunca frequentou... A única alusão que ele fez uma vez foi que, perto da casa dele, na Floresta, de madrugada... Ele passava em frente a uma gafeira chamada “na calada da noite”. [Riso] Mas nunca teve coragem nem dinheiro para entrar. Mas não teve...

IMN – Vida social não tinha.

JPNC – Não teve isso. A vida dele era pública desde aquela época.

ENC – Mas era um amante da música, não é? Tango, óperas, músicas clássicas. Não sei quais.

JPNC – Gostava de forma confusa. Se pedisse para ele nomear alguma coisa... Ele sabia o “Caminito”, “El día em que mi quieras” e pronto. Mas assoviava várias...

ENC – Ele tinha o prazer de ouvir. Ele parava para isso. Nesse momento, ele não estava trabalhando, ele estava ouvindo, na nossa eletrola Philips, os vinis... Quais? Tango...

MIMN – E algumas músicas populares.

ENC – Poucas populares e várias músicas clássicas. Mamãe, que era cantora lírica, acompanhava.

ECP – O Professor tocava algum instrumento musical?

ENC – Não. Ele assoviava muito bem. [Risos]

JPNC – Ele não tinha tempo. Imagine um homem sem tempo.

ENC – Mas ele estimulava as artes. Sempre estimulou. Tanto que essas duas aqui [aponta para Maria Irene e Inês] formaram-se nas artes.

JPNC – Deixe-me fazer um adendo, para contrariá-la. Foi por causa da mamãe.

ENC – Ah, lá vem. Eu sabia que ia chegar este momento.

JPNC – Papai valorizava. Nunca disse não.

IMN – Ele admitia.

JPNC – Nunca disse: “não pago”. Não.

ENC – Ele considerou o fato de as duas terem se decidido pelas artes plásticas.

IMN – E você [Elizabeth] pela música.

ENC – Eu, de certa forma, pela música, mas Comunicação primeiro, Jornalismo. Quanto ao lazer... Ah, futebol!

IMN – É. Futebol. Papai torcia muito no futebol.

ECP – E o Professor torcia para qual time?

ENC – Único defeito! *Cruzeirense*.

JPNC – Deixe-me lhe falar. O papai era tão político, mas tão político, que só descobri que ele era cruzeirense cerca de quinze ou vinte anos antes da sua morte. Ele dava a entender que era atleticano, mas sempre torceu pelo cruzeiro, sempre, sempre, sempre.

ENC – Chegou um momento em que não teve mais como esconder, não é?

JPNC – É. Não teve. Um dia eu o apertei e perguntei: “ô pai, para qual time você torce?”. Olha como ele era político. Ele respondeu assim: “olha, eu gosto da raça do atlético e da organização do cruzeiro”. [Risos]

MIMN – É importante dizer que, apesar de ser um homem público, ele não tinha partido político. Ele não se filiava a nenhum partido e, por isso mesmo, que executava muito bem seu trabalho. Ele não estava preso a dogmas.

JPNC – Ele tinha acesso à situação e oposição.

ENC – Acesso sem vínculo. A verdade é essa. Esse foi o lema dele: acesso sem vínculo. Totalmente desprendido de rótulos.

JPNC – Voltando um pouco ao futebol, ele ia ao estádio Independência, mas, como não tinha dinheiro para pagar o ingresso, subia nas árvores e ficava vendo o jogo de lá. Isso foi ele quem ele me contou.

ECP – Isso acontecia quando ele já era universitário?

JPNC – Não. Um pouco antes. Entre dezessete e dezoito anos, mais ou menos.

IMN – Lá em casa, nos dias de futebol, ele ficava sempre com o rádio. Ele não largava o papel e a caneta. Ficava ali trabalhando direto, mas estava sempre com o rádio, escutando. Acompanhava, enquanto trabalhava, a CBN. Disso, não abria mão. Ele adorava o rádio, não é?

MIMN – Mas ele não suportava discussões vazias e não gostava de repetir comandos.

ENC – É muito legal isso que ela está dizendo. Isso é um aspecto, um elemento do todo.

JPNC – Paramos nos vinte e poucos anos dele... Faculdade, não é? Nunca soube... Ele nunca nos passou essa parte da faculdade. Conhecemos muito pouco ou quase nada. O que sei é de depois, dele como professor.

MIMN – O que sabemos é que ele era admirado pelos professores. Era incensado. O pessoal dependia muito dele. Era muito procurado. Ele ajudava, tinha prazer. Sempre foi muito generoso.

JPNC – Esses quatro, cinco anos de faculdade também são uma lacuna para mim. Não sei. Nessa época ele também já conhecia mamãe, não é?

ENC – Foi quando ele foi professor particular da minha mãe.

ECP – Já que chegamos a este episódio, como eles se conheceram? Isto aconteceu em que ano? Quais eram as idades deles?

JPNC – Mamãe se casou até velha para a época. Ela se casou com vinte e sete anos. Papai era dois anos mais novo do que ela... Papai com vinte e cinco anos... Então, Inês, papai conheceu mamãe com dezoito para dezenove anos. Eles namoraram sete ou oito anos. Ele não se decidia, não tinha tempo. Minha mãe é de Mateus Leme⁹. Então ele dizia: “estou indo tal dia e tal hora”. Mamãe se arrumava lá e ficava esperando na estação ferroviária. E não chegava, não chegava.

ECP – Então Paulo Neves ia encontra-la em Mateus Leme. Mas eles se conheceram em Belo Horizonte, não é mesmo?

JPNC – Isso. Em Belo Horizonte.

ENC – Foi quando ele passou a ser professor, a dar aulas particulares.

ECP – Então Dona Irene foi aluna dele?

ENC – Sim. Foi aluna dele.

JPNC – Há uma lacuna aí. Minha mãe, embora seja de Mateus Leme, veio com onze anos para a casa das primas para estudar em Belo Horizonte. Ficou aqui. Aí um belo dia ela estava na sacada... Não sei mais em qual bairro...

ENC – Parêntese: muito bonita.

JPNC – Mamãe era linda. Estava na sacada e passa aquele sujeito magrinho, cabeção, sempre apressado, de oclinhos, muito mal vestido, na correria. E mamãe virou para a prima dela e disse: “nossa, nunca vi um rapaz tão feio”. [Risos] E vai e volta, vai e volta... Começou a olhar para ele e tal. Foi procurar saber quem era e disseram a ela: “Ele é um bom aluno. Ele dá aulas particulares.” Mamãe ia fazer um vestibular à época. Não sei porque cargas d’água eles se encontraram e ele passou a dar aulas particulares

⁹ Município do Estado de Minas Gerais pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dista de 60 km da capital mineira.

para a mamãe. Daí veio a paixão. Mas mamãe ia de vez em quando para Mateus Leme para passar períodos lá, para visitar os parentes e tal. Muitas vezes, passava três, quatro meses em Mateus Leme. Mas foi nessa época que ele conheceu mamãe, estudando e sempre correndo.

ECP – Há um período interessante sobre o qual eu gostaria que vocês falassem a respeito. Em 1937, Paulo Neves se alistou no Exército Brasileiro e cursou o C.P.O.R.¹⁰. Vocês tem algo a dizer sobre isso?

JPNC – Eu tenho. É uma coisa curiosíssima. Ele já havia servido ao Exército, na qualidade de recruta, igual a mim, mesma coisa. Aí chegou a época da guerra¹¹... Ele, com medo de ser chamado para a guerra na qualidade de recruta, entrou de novo, já na faculdade, para o C.P.O.R. Então ele serviu duas vezes, não é? Ele fez C.P.O.R para, caso tivesse sido convocado, ir como oficial. Mal ele concluiu o C.P.O.R, acabou a guerra também, graças a Deus. Ele não teve que ir. Então houve esse fato. Ele foi duas vezes. Fez como recruta e fez como...

ECP – Oficial da reserva.

JPNC – Oficial da reserva, C.P.O.R.

MIMN – Ele ganhou medalha de ouro pelo tiro ao alvo.

JPNC – É. Ganhou mesmo.

ENC – Imagine que, mesmo sem enxergar direito – sempre usou óculos, ainda recebeu a Medalha de Tiro ao Alvo. Até no CPOR foi homenageado.

ECP – Já li um relato, não sei se vocês podem desenvolvê-lo, de que Paulo Neves teve uma atuação durante a Segunda Guerra Mundial, quando era oficial da reserva, conduzindo os pracinhas para as estações ferroviárias.

JPNC – Sim, sim. Ah, bem lembrado! Ele saía lá do quartel do C.P.O.R, colocava o pessoal em fila e ia até a estação ferroviária. Milhares de mineiros foram para a guerra na Itália, principalmente o pessoal da região de São João Del Rei, interior de Minas. Muitos morreram, não é? Eles iam em fila e papai comandando até pegarem o trem. Do trem iam até o Rio de Janeiro para pegarem o navio. Que me consta, ele nunca foi ao Rio, mas ia acompanhando os pelotões. Sim, era uma das funções dele.

ECP – E como foi esta passagem do Professor Paulo Neves pelo Exército? Ele chegou a manifestar alguma impressão a respeito da instituição?

JPNC – Tenho algo interessante a dizer. Sobre as impressões não sei, vamos ver. Mas há um dado curioso. Para entrar no C.P.O.R, tinha-se que fazer um vestibular pesadíssimo, com matemática, português, etc. Não é igual a hoje não. Papai estava ainda no primeiro ano de Direito. Só ele e um aluno de engenharia conseguiram fechar a

¹⁰ Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

¹¹ Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

questão de matemática. Lembro-me até hoje. Ele dizia que a questão se chamava “carroção”. Era menos três, fecha parêntese, vezes oito... E ele contava: deu um! Ele nunca se esqueceu. Deu um. Ele e o estudante de engenharia, só os dois acertaram. Então ele passou em primeiro lugar no C.P.O.R, na frente do aluno de engenharia. Mas os dois fecharam a prova de matemática. Deixe-me ver... Lá dentro do quartel... Ele contava sobre os acampamentos que fez, do frio. Houve uma vez que ele ficou muito triste porque repreendeu os colegas. Havia uma ratazana, com um monte de ratinhos, e eles começaram a bater a bota assim. [simula ruído de batido de botas] Aquilo era uma maldade com ratinhos. Espantar, espantar, espantar. Papai chegou e disse a eles: “não, gente, não façam isto. Não façam esta covardia”. E eles pararam. Aí a ratazana pegou os ratinhos e os levou para outro canto. Mas deixe-me ver... O C.P.O.R em si não foi das coisas mais emocionantes para ele. Ele fez à força só para não ter que ir como soldado raso, não é? Para ter certas regalias...

MIMN – Mas não deixou de ser um ato cívico também.

IMN – Pois é, afinal, ele foi duas vezes.

JPNC – Houve uma vez em que ele deu voz de prisão na avenida Afonso Pena. Ele estava fardado e um sujeito deu uma “guarda-chuvada” em outro, coisa boba da época. Ele se aproximou e disse : “estejam presos!”. Aí havia um guarda de trânsito por perto e o papai disse: “guarda, vamos!”. Foram ele, o guarda de trânsito e os dois até a delegacia. [Riso]. Mas, dessa época no C.P.O.R... Foi normalíssima. Campeão de tiro... Acampamento...

ECP – Em 1937, Getúlio Vargas promoveu um golpe de Estado e instaurou o Estado Novo. Paulo Neves contou algo sobre o episódio? Sobre como ele apreendeu aquele movimento?

JPNC – Não. Papai, como já foi dito, era apolítico. Não se envolvia com facção nenhuma, embora altamente liberal e democrático.

ENC - Na época, em 1937, papai ainda não havia completado os seus 18 anos. Era muito jovem, além do que, movimentos estudantis não eram tão comuns e não eram permitidos. Ele não teve envolvimento político na ocasião. Só estudava e trabalhava.

JPNC – A minha mãe, por exemplo... Mamãe entrou numa furada, vocês se lembram, não é? Nessa época, ela era meio reacionária. Papai não. Mas mamãe era. Ela aderiu ao movimento Anauê. Eram os...

ECP – Integralistas¹².

JPNC – Integralistas.

¹² Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932. Tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa.

ENC – Até porque se ele expressasse qualquer coisa a respeito... [inaudível]. Ele era fora do tempo, era um homem de outro tempo, enxergava à frente, era futurista. Então acho que talvez ele não se enquadrasse bem em qualquer posição a respeito, principalmente quanto ao Estado Novo. Isso tudo era muito *bem pensado*. E com isso ele se sentia e era mais livre, não é?

MIMN – Ele era livre. Ele tinha essa liberdade. Isso que era o dom dele. Ele era livre, tinha asas.

JPNC – De repente, pode até aparecer um depoimento de fora da família contradizendo tudo o que estamos falando, mas, a princípio, na minha visão de João Paulo, ele nunca...

ENC – Nunca assumiu uma posição política. Nunca. Já trabalhou com o Magalhães Pinto¹³, fazia os discursos do Magalhães Pinto, mas veja só que interessante, foi o único

¹³ **José de Magalhães Pinto (1909-1996)**. Natural de Santo Antônio do Monte (MG), Magalhães Pinto foi admitido por concurso, em 1926, como escriturário no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, depois Banco do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1929, trocou o Banco Hipotecário pelo Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais. Em menos de quatro anos, Magalhães Pinto tornou-se gerente do Banco da Lavoura e, em 1935, diretor da matriz em Belo Horizonte. Em 1938, passou a ocupar a presidência da Associação Comercial de Minas Gerais, além de passar a dirigir no final desse ano a sucursal do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro. A partir de 1939, presidiu a recém-criada Federação de Comércio de Minas Gerais, tornando-se ainda diretor da companhia Níquel Tocantins, da Mineração e Usina Wigg e da Companhia de Seguros Minas-Brasil (foi um dos fundadores das duas últimas). Presidiu também o Sindicato Nacional dos Exportadores de Ferro e Metais Básicos. Na mesma década, iniciou seu curso na Faculdade de Direito de Minas Gerais. No decorrer do ano de 1943, Magalhães Pinto passou a se reunir com um grupo de políticos mineiros que faziam oposição ao Estado Novo, o qual era integrado por Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga e Pedro Aleixo. Esse grupo decidiu promover uma manifestação das personalidades mineiras de contestação ao Estado Novo. Nessa época, Magalhães Pinto já era um dos homens mais prestigiados na vida econômica mineira. No dia 24 de outubro de 1943 foi divulgado o chamado Manifesto dos mineiros, que se constituiu no primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. A subscrição do documento ficou limitada aos mineiros: eram 92 assinaturas – entre as quais, a de Magalhães Pinto. Vários signatários sofreram sanções em suas vidas profissionais. Por esse motivo, com base no artigo 177 da Constituição de 1937, foram demitidos ou aposentados todos aqueles que trabalhavam em empresas públicas e, nos casos de estabelecimentos particulares, o governo pressionou seus proprietários, na maioria das vezes com êxito. Entre os punidos figurava Magalhães Pinto, que foi afastado do cargo de diretor não só do Banco da Lavoura, mas também de outras empresas que dirigia. No período seguinte, juntamente com seu irmão Valdomiro, Magalhães Pinto mobilizou alguns amigos para a formação de um banco, com os quais recolheu um montante de 90 mil contos de réis e criou o Banco Nacional de Minas Gerais, em maio de 1944. Com a reorganização dos partidos, iniciada com a edição do Ato Adicional em fevereiro de 1945, os setores que vinham se opondo ao Estado Novo reuniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945. Entre os grupos que integraram o novo partido figuravam as facções liberais com forte identificação regional: no caso de Minas Gerais, foram os inspiradores do manifesto, como Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco e Milton Campos. Em dezembro de 1945, Magalhães Pinto foi eleito por Minas Gerais, na legenda da UDN, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Participou ativamente dos trabalhos da Constituinte iniciados em 5 de fevereiro de 1946, atuando em particular na Comissão de Finanças. Com a promulgação da nova Constituição, em 17 de setembro seguinte, a Assembleia Constituinte foi desdobrada em Câmara e Senado, passando seus integrantes a exercer o mandato legislativo ordinário. Entretanto, com a posse do udenista Milton Campos no governo de Minas Gerais, em 19 de março de 1947, Magalhães Pinto foi convidado para ocupar a secretaria de Finanças do novo governo, o que provocou seu afastamento da Câmara. Permaneceu no cargo até julho de 1950, quando retomou a atividade parlamentar, visando candidatar-se mais uma vez à Câmara dos Deputados. Reeito para a legislatura iniciada em fevereiro de 1951, obteve nova reeleição, sempre na legenda da UDN, no pleito de outubro de 1954. Em 1958, foi escolhido presidente da UDN de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que

era reeleito deputado federal no pleito de outubro desse ano. No início de 1959, Magalhães Pinto foi escolhido presidente nacional da UDN e, atendendo à ala liderada pelo deputado federal Carlos Lacerda, apoiou a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República nas eleições de 1960. Na mesma eleição, Magalhães Pinto derrotou o candidato pessedista Tancredo Neves e assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais. Com a crise política causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, um grupo de políticos, incluindo Magalhães Pinto, reuniu-se para discutir a possibilidade de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que era identificado com um programa de reformas de base (agrária, urbana, bancária, tributária e constitucional) defendido por partidos de esquerda e pelo movimento sindical. Por essa razão, foram vários os apelos dos governadores estaduais para que Jânio permanecesse no cargo e para que o Congresso rejeitasse a renúncia do presidente. Todavia, a maioria do PSD-PTB no Congresso considerou a renúncia um fato consumado, o que provocou o veto dos três ministros militares à posse de João Goulart. Ao mesmo tempo, assumiu o governo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o segundo na linha sucessória. Considerando que a solução da crise parecia encaminhar-se para a instalação de um regime parlamentarista, Magalhães Pinto tomou parte nos entendimentos mantidos nas áreas civil e militar sobre o regresso de Goulart, promovendo no Rio de Janeiro uma reunião de governadores para um pacto de segurança das instituições frente à instalação do novo governo. A crise foi solucionada com a promulgação, no dia 2 de setembro de 1961, da Emenda Constitucional nº 4, que instaurou o sistema parlamentarista de governo, reduzindo assim os poderes presidenciais. Apesar de a emenda parlamentarista prever para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade ou não do parlamentarismo, a forte pressão exercida durante o ano de 1962 por amplos setores da sociedade pela realização imediata do plebiscito fez com que o Congresso aprovasse, no dia 15 de setembro de 1962, a Lei Complementar nº 2, que marcava o plebiscito para 6 de janeiro do ano seguinte. Os governadores, inclusive Magalhães Pinto, apoiavam a realização do plebiscito com o objetivo de unificar o comando do país, centralizando o poder político e revigorando a autoridade do governo. Após a realização do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, que determinou a volta do regime presidencialista, a ala lacerdista da UDN — mais radical — passou a conquistar cada vez mais espaço ao assumir uma guerra declarada contra o governo Goulart. A partir de outubro, a conspiração contra o governo já começava a tomar corpo em vários estados e, em Minas, Magalhães Pinto desenvolvia articulações com os conspiradores militares, general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte, e general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar (RM) e da 4ª Divisão de Infantaria (DI), em Juiz de Fora. Em 15 de janeiro de 1964, Magalhães Pinto convidou o deputado udenista José Monteiro de Castro para assumir imediatamente a Secretaria de Segurança Pública com a missão de engajar-se na articulação da insurreição armada. O secretário do Interior e Justiça do estado, Osvaldo Pieruccetti, já recebera também o mesmo encargo. Segundo Magalhães Pinto, “a 1º de março de 1964 todos os dispositivos estavam ajustados para a contestação armada”. No dia 28 de março de 1964, Magalhães Pinto dirigiu-se a Juiz de Fora para encontrar-se com o marechal Odílio Denis e os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. No encontro ficou decidido que o dia 31 seria a data da deflagração do movimento, à revelia de Castelo Branco, que o marcara para o dia 2 de abril. No próprio dia 28 de março, Magalhães Pinto autorizou o comandante da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, a colocar seus 20 mil soldados em condições de iniciar a luta no dia 31, ao lado das unidades federais. A unidade militar do estado estava assegurada pelos generais Guedes e Mourão Filho, aos quais juntava-se o general Antônio Carlos Murici, enviado recentemente a Minas pelo Marechal Castelo Branco com o objetivo de assumir “o comando da vanguarda revolucionária”. Magalhães Pinto determinou ainda a requisição de todo o estoque de gasolina existente no estado, além de reorganizar o seu secretariado com o objetivo de dar uma unidade política a Minas para a sustentação do movimento que se iniciava. Foram então incorporados ao seu gabinete figuras experientes como Milton Campos, José Maria Alkmin e Afonso Arinos de Melo Franco. Este último ficaria encarregado de negociar o reconhecimento internacional da condição de nação beligerante para Minas e para os estados que com ela formassem em caso de guerra civil. Contavam ainda, conforme seria revelado pela imprensa muitos anos depois, com o fornecimento de petróleo e material bélico por parte dos Estados Unidos, através de uma operação de apoio militar denominada “Brother Sam”. A participação do Presidente Goulart na comemoração dos 40 anos da Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar, realizada nos salões do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de março, considerada um estímulo à indisciplina nos quartéis, agravou ainda mais a crise político-militar que já se acentuara com o episódio da revolta dos marinheiros, em termos de desrespeito à hierarquia militar. Na manhã do dia seguinte, com o objetivo de deflagrar o movimento anti-Goulart, o general Mourão Filho enviou seus homens em direção ao Rio de Janeiro. O gesto do general surpreendeu a oficialidade dos outros estados, inclusive Castelo Branco, que entrou imediatamente em contato com Magalhães Pinto para que fosse emitida uma ordem de volta aos

quartéis. Diante da negativa de Magalhães Pinto, sob o argumento de que as tropas já estavam próximas da divisa de Minas Gerais com o estado do Rio de Janeiro e de que só voltaria para os quartéis com a derrota ou a vitória, Castelo Branco alertou os oficiais de que não havia outra escolha a não ser apoiar o levante de Minas, que, caso contrário, seria esmagado. Foram também presos vários líderes estudantis e sindicais de esquerda em Minas. Nos dias que se seguiram à derrubada de Goulart, Magalhães Pinto participou das negociações que iriam apontar o novo presidente da República. No dia 4 de abril compareceu a uma reunião com mais seis governadores no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, para discutir a sucessão presidencial. Os governadores eram favoráveis à eleição imediata do presidente pelo Congresso e, na escolha de um nome, só o de Castelo Branco obteve consenso. No dia 5 de abril, em nova reunião realizada em clima menos tenso com cinco governadores e dois representantes de Lacerda e Magalhães Pinto, Costa e Silva voltou atrás em suas posições e concordou com a indicação do nome de Castelo Branco. Na noite do dia 5, Castelo aceitou finalmente o convite. Embora vários nomes tivessem sido cogitados para a presidência da República — inclusive o de Magalhães Pinto —, foi Castelo Branco a única indicação capaz de manter a unidade militar e dar consequência administrativa e política ao movimento de 31 de março. João Agripino foi autor da subemenda de prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 — com eleições marcadas para outubro de 1966 —, que o Congresso viria a aprovar no dia 22 de julho de 1964. No dia 25 de outubro de 1965, os líderes civis do movimento de março de 1964 — Magalhães Pinto, Lacerda e Ademar de Barros — romperam com Castelo em protesto contra a política econômico-financeira vigente e contra as medidas políticas que haviam impedido a prorrogação dos mandatos. Diante da crise política instalada no país e do prenúncio de rejeição no Congresso das emendas constitucionais propostas pelo governo, Castelo decidiu editar, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 que, entre outras medidas, declarava a extinção dos partidos e a realização de eleições indiretas para a presidência da República e para os governos estaduais, reabrindo o processo de cassações de mandatos e de suspensões de direitos políticos. Durante seu governo, Magalhães Pinto criou o Banco de Desenvolvimento do Estado, a Bolsa de Valores de Minas Gerais, a Eletrificação Rural de Minas Gerais (Ermig) e a Metais de Minas Gerais (Metamig), esta última com o objetivo de racionalizar a política de minérios no estado. Criou ainda as secretarias de Ação Social, do Abastecimento e do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. No dia 31 de janeiro de 1966 deixou o governo do estado, transmitindo-o a Israel Pinheiro. Em março de 1966, Magalhães Pinto anunciou seu ingresso na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da situação formado após a edição do AI-2, tendo como oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No pleito de novembro de 1966, Magalhães Pinto foi novamente eleito deputado federal por Minas na legenda da Arena. Empossado em fevereiro de 1967, exerceu o mandato apenas até o dia 14 de março seguinte, pois nesse meio tempo havia recebido e aceito o convite de Costa e Silva para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Durante todo o ano de 1968, realizaram-se várias greves operárias e as manifestações estudantis de repúdio ao regime vigente. A crescente mobilização desses setores — que contavam com o apoio de setores da Igreja e de alguns segmentos da classe média — e o agravamento das tensões entre governo e oposição levaram o governo a editar o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, além de suspender a garantia de habeas-corpus para os crimes contra a segurança nacional. Como ministro, Magalhães Pinto foi um dos subscritores dessa medida responsável por um maior fechamento do regime. Nesse mesmo dia, o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Logo após a edição do AI-5 foram presos vários jornalistas e políticos opositores, entre os quais o ex-governador Lacerda e o ex-presidente Kubitschek, além de parlamentares do MDB e da própria Arena. No dia 25 de outubro, o Congresso recém-aberto elegeu o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, para ocupar a presidência da República por 293 votos contra 76 abstenções (correspondentes à bancada do MDB). O novo presidente foi empossado no dia 30 de outubro de 1969. No novo governo, Magalhães Pinto foi substituído por Mário Gibson Barbosa e retomou em seguida suas funções de deputado federal. No pleito de 15 de novembro de 1970, Magalhães Pinto foi eleito senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Em fevereiro de 1975, foi eleito por unanimidade presidente do Senado para o biênio 1975-1976. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a constituição de novos partidos, intensificou-se a mobilização de Magalhães Pinto para a formação de uma nova agremiação. Em fins de dezembro foi lançado o Partido Popular (PP), que tinha entre seus fundadores os mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves. A legenda definia-se como “um partido de oposição — popular, progressista e nacionalista — [que visava] a conquistar democraticamente o governo”. Em março de 1982, aceitando convite feito pelo presidente Figueiredo, Magalhães Pinto ingressou no PDS. Magalhães candidatou-se no pleito de novembro de 1982 à Câmara dos Deputados na legenda do PDS, sendo mais

membro do governo a recusar um cartório. Ele não considerava aquilo correto, não achava justo. Então, sim, ele era responsável pelos discursos, ele acompanhava o Magalhães Pinto... Foi nesse governo que ele fez a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais.

JPNC – Ele era ético, mas apartidário.

ECP – Aliás, a palavra “recusa” marcou muito a trajetória do Professor Paulo Neves. Vamos, inclusive, pontuar isso em breve.

JPNC – Eu teria alguns casos, mas não seria para hoje.

IMN – Então papai era livre. Vejo papai como uma pessoa que transmutava, a intenção era essa.

MIMN – Ele era sempre o melhor, o mais avançado. E a gente já discutiu sobre isso, porque ele falava muito em administrar conflitos. Esse era o lema dele: administrar conflitos. Ele estava acima de tudo, até entre nós.

IMN – Ele não gostava, por exemplo, que se falasse mal de ninguém. Não gostava. Ele não falava. Ele não gostava que se criticasse qualquer um que fosse. Era a conversa do vazio ou falar mal de alguém, ele cortava.

JPNC – O Anastasia sempre levantou este ponto nos discursos dele: Paulo Neves não gostava que se falasse mal de ninguém.

MIMN – Isso era uma marca dele.

JPNC – É claro que de forma privada, às vezes, em casa, a gente acabava sabendo da tendência dele. Ele se manifestava, não é? Mas, para o público, assim, não.

MIMN – Você [Evaristo] nos disse algo muito interessante antes da entrevista. Você disse que esta pesquisa, estas falas, estes depoimentos, não servem para fomentar um culto à personalidade de Paulo Neves. A verdade é que ele criou uma egrégora própria, que sempre será alimentada pela forma de ser e de agir dele, ou como homem público ou como um homem comum na família, e o exemplo que ele deixa, não é? Você está

uma vez eleito. Reconhecendo a autenticidade das reivindicações em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, Magalhães Pinto deu, em março de 1984, um longo depoimento ao *Jornal do Brasil*, em que admitia o esgotamento do regime militar e convocava as lideranças nacionais para a realização de um “pacto de transição institucional”. Pela proposta de Magalhães, o entendimento nacional deveria ser conduzido pelo Presidente Figueiredo. Rejeitadas as diretas e confirmado o Colégio Eleitoral previsto para janeiro de 1985, o quadro sucessório progressivamente foi se definindo. Em agosto de 1984, a oposição sancionou o nome de Tancredo Neves, lançado candidato à presidência pela Aliança Democrática, coligação que uniu o PMDB à Frente Liberal — uma dissidência liderada por Aureliano Chaves no interior do PDS. No Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Magalhães Pinto votou em Tancredo Neves, seu antigo adversário político que, confirmando todas as expectativas, elegeu-se presidente da República após 21 anos de regime militar. Esta votação representou a última ação política da carreira de Magalhães, pois foi acometido por um derrame cerebral, obrigando-o a afastar-se da Câmara em abril daquele ano. Fonte: PINTO, Magalhães (Verbete). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

fazendo um estudo das obras dele. Mas veja você que ele foi um homem que não escreveu. Não escreveu porque não teve tempo, mas ele se refletiu nos alunos, na forma da educação que ofereceu a eles, entende? A gente considera papai como o Pigmaleão de almas. E isso vai continuar, não é? Porque o que você faz não é uma forma de cultuar a sua memória, a sua figura, mas uma forma de mostrar o que ele representou nessa época.

ENC – Sobre o lado espiritual, inclusive. Há pouco tempo liguei para uma prefeitura. Quando me identifiquei, logo disseram: Ah, meu guru espiritual! [Risos] E certamente ele tinha fé. Em sua pasta, carregava um pequeno terço de madeira, levado pra onde fosse. No último dia 23, fizeram dez anos da sua morte. 23 de maio de 2004. Então, isso que elas disseram é muito importante porque ele tinha tanta aversão a desentendimentos, a conflitos, que, à vezes, acho que isso nem foi tão bom. Era muito cerimonioso. Tentava conciliar as partes, harmonizar, acomodar a situação.

MIMN – Ele sabia o que estava fazendo e a direção que aquela situação estava tomando. Ele direcionava, ele sabia.

ENC – Um sábio!

JPNC – Quer dizer, ele tinha opinião. Só que havia aquela característica dele de não ir frontalmente contra as pessoas, contra uma opinião. Com muita técnica, com muita habilidade ele ia ponderando e direcionando, tentando convencer a pessoa com quem ele estava conversando. Esse era o encaminhamento, mas ele jamais era agressivo. Ele dava margem para discussão. Esse era o grande trunfo dele, não é? Saber ouvir.

MIMN – Os autores em que ele se baseava... Ele se pautava muito no Machado de Assis, nas obras de Machado de Assis, e Kafka.

JPNC – Até anotei isso aqui. Machado de Assis e Kafka foram o direcionamento filosófico da vida dele. Era um homem com os pés no chão! Ele sabia o que era a vida. Ele conhecia as mazelas do ser humano. Conhecia com profundidade as fraquezas e as mazelas do ser humano. E os pontos sensíveis também. A bondade, por exemplo.

ENC – Acrescento uma frase de Machado de Assis que certamente me faz lembrar papai: “A vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal”.

ECP – Há um episódio em particular, muito interessante, que foi uma reformulação que Paulo Neves realizou na administração do Colégio Anchieta. Isso chamou muita atenção na época. Vocês tem algo acrescentar sobre isso?

JPNC – Eu não tenho.

ENC – Com certeza, foi de abertura, foi de inovação. Nem sei exatamente o que foi. Mas, certamente, foi para romper qualquer coisa sólida que existisse lá. Há momentos da vida dele que a gente desconhece mesmo, até porque não era comum que ele comentasse.

JPNC – O certo é que ele não negava serviço e fazia tudo a tempo, à hora e bem. Com certeza o Diretor do Colégio Anchieta foi passando encargos para ele e ele foi fazendo.

IMN – Ele fez isso em todas as situações da vida. Isso já foi mais no final, mas quando ele foi aposentado compulsoriamente na Universidade Federal de Minas Gerais... Ele já havia passado da idade de continuar lá. Ele continuou trabalhando por mais quatorze anos sem cobrar nada, atendendo ao doutorado e ao mestrado, acompanhando as teses. E quando disse a ele: “Paulinho – nós chamávamos papai de Paulinho – que absurdo, você não pode fazer um negócio desse, trabalhar como está trabalhando. É a área federal que vai te pagar, você não estará lesando ninguém, vá lá”. E como ele não tomou providências, eu fui. Conversei com o Diretor. E quando o Diretor contou para o papai, quando ele ficou sabendo, ficou uma *fera* comigo. Definitivamente, ele foi lá e regularizou tudo como professor voluntário.

JPNC – Eu disse a ele um dia, pouco antes dele morrer: “ô pai, isso é um absurdo, o que o senhor está fazendo. Estou com vontade, quando o senhor se for, de abrir um processo contra a UFMG”. Ele respondeu assim: “*se você fizer isso, eu me levanto do túmulo!*”. [Risos] Aí larguei para lá. Não quero ver papai atrás de mim não. [Risos]

ENC – Nesse aspecto, ele era feliz. Era assim que ele queria ser e assim foi.

JPNC – Totalmente realizado profissionalmente. Totalmente é modo de dizer, porque ninguém está totalmente feliz, não é?

IMN – Ele foi reconhecido. Ele deixou escola e era muito feliz com isso. Em casa, ele chegava cansadíssimo, sacudindo as estrelas do terno, para, então, poder respirar. Aquela era a hora do cansaço absurdo, de dez, onze horas da noite, todos os dias.

JPNC – Mas aí ele ia estudar teses.

ENC – Isso, ele não parava aí.

JPNC – Engraçado. Você [Evaristo] tocou em um ponto interessante. É uma lacuna mesmo. Não sei. Ficamos sabendo de reformulações que ele fez em outras instâncias, não é? Em Prefeituras, em Câmaras.

ECP – No Estado de Minas Gerais.

JPNC – No Estado então... Podemos falar sobre isso depois.

ENC – Mas a paixão, qual era? Os alunos.

IMN – Ele dizia que não queria que nenhum dos filhos fosse professor porque sabia que não era brincadeira. Mas ele adorava. João Paulo foi professor, eu fui professora, Elizabeth ainda é professora. É, não adiantou.

JPNC – Isso realmente é uma lacuna, viu? Nunca soube que ele havia feito nenhuma reformulação de vulto no Colégio Anchieta. Porque, como já disse, tudo o que era passado a ele era bem feito.

ENC – Ele fazia bem, mas não se enviaidia por isso.

IMN – Aparentemente não.

ENC – É claro que fazia bem como faria qualquer um de nós. Mas ele se dedicava com tanto afinco, com tanto amor... Era amor. Era amor mesmo. Isso é inegável.

IMN – Uma coisa interessante. Ele tinha muita dificuldade para montar equipes. Ele dizia: “está tudo bem, está ótimo. Então está bom, amanhã a gente vai conversar, vamos continuar o trabalho...”. A pessoa saía toda orgulhosa achando que havia feito um bom trabalho. Papai se sentava à noite, corrigia página por página e refazia tudo de novo. Muitas pessoas saíam achando que estavam fazendo um trabalho excelente. Então a equipe não adiantava porque ele acabava fazendo tudo sozinho.

JPNC – Chegava no dia seguinte e ele dizia à pessoa: “olha, está muito bom o seu trabalho, mas fiz umas pequenas correções”. *Era noventa e cinco por cento de mudanças!* “Aqui e tal, tirei esta vírgula, esta palavra não está boa...”.

ENC – Ele era muito gentil. Agradecia pelos trabalhos... “Muito obrigado”... Pressupondo, já pensando na alteração daquilo. Ele nunca conseguiu realmente eleger uma equipe permanente. Isso foi uma verdade. E o que ele fez? Começou a eleger pessoas individualmente. O Anastasia foi um deles. Ele encontrou o Anastasia e pensou: “é esse!”. Esse foi um deles, não é? Houve também amigos, como o José Fernandes Filho, o Oscar Dias Corrêa, com quem realmente trocava boas ideias, *trocava*. Do contrário, só fornecia.

MIMN – Ele possuía uma personalidade assim... Inquieta. E como a Inês anotou, ele escrevia até a caneta “Bic” acabar. Oito meses antes de falecer, ele ainda estava trabalhando.

IMN – Não. Até um dia antes ele estava trabalhando.

MIMN – Um dia antes, mesmo depois de ter sofrido o AVC. E a gente dizia a ele: “*papai*, o que é isso? A vida inteira?”. E ele retrucava: “gente, não me amolem, terei a eternidade para descansar”.

JPNC – Então, já que tocamos neste assunto, eu gostaria de reforçar um detalhe. Papai, já na maturidade dele, igual vocês falaram... Ele fazia tudo sozinho, não é? E as pessoas diziam a ele: “mas Doutor Paulo! O senhor precisa trabalhar em equipe. O senhor está perdendo tempo.” Então ele começou a aderir à moda da equipe. Escolhia, escolhia. Aí chegava a equipe e entregava aqueles trabalhos maravilhosos, cheios de gráficos... [faz gestos de passar páginas]. “Porcaria!” Rasgava tudo e fazia de novo. Foi isso umas seis ou sete vezes. A partir de então ele parou de trabalhar com equipes. Diziam que ele psicografava as coisas. Quando ele teve o infarto, aos setenta e dois anos, ele estava há quatro dias sem dormir. Eles iam trocando os datilógrafos – era datilógrafo na época. Ele ia ditando, ditando, e, do jeito que ele falava, ia para o original. Não havia correção.

ENC – Ele tinha as leis todas registradas na memória, todas.

JPNC – De cor. Ele nos dizia: “gente, é uma vergonha. Os meus livros estão todos ultrapassados. Ninguém sabe disso”. [Riso] Ele dava aqueles pareceres todos de memória. Às vezes ele tinha dúvidas e ia à Faculdade. Claro, não é? Mas oitenta por cento das vezes era tudo de memória.

ENC – Era como se psicografasse. Mesmo porque a rapidez com que ele escrevia... Sempre a “Bic”... Mas não só trabalhava com a caneta “Bic”, como também assinava documentos importantíssimos... Em solenidades... Ele, solenemente, tirava a “Bic” diante das câmeras [faz um gesto de sacar algo do bolso da camisa].

IMN – Às vezes lascada na ponta. [Risos] Agora, posso lembrar de algo peculiar? Ele aplicava o vestibular oral na época. Ele era de uma crítica no português! Aí chegou um candidato frente à banca e se dirigiu ao papai assim: “é para ‘mim’ sentar?”. E ele rebateu: “já não é!”. [Risos]

JPNC – Depois conheci este sujeito. Sei quem é. Depois ele pediu para ser avaliado por algum outro professor e passou, não é? Mas com o Paulo Neves não aceitou. É um advogado famoso hoje. Muito famoso no norte de Minas. Descobri porque, já com dezesseis, dezessete anos, namorando uma moça... Era um parente dela. Conteí esta história e ela: “olha, foi com o meu cunhado. Ele me contou isso”. [Risos] Mas não direi o nome dele, não é? [Riso] E já que tocamos no assunto... Nos tempos de papai como professor, anos setenta e oitenta... Depois ele parou com isso... Na faculdade, ele dava mil questões faltando quinze dias para as provas. Mil questões! E ele dizia aos alunos: “se vocês responderem essas mil questões vocês tiram dez”. E ele dava *visto!* [Riso] O sujeito, já marmanjo, na faculdade, e papai: “cadê o seu caderno?”. [faz gestos simulando o ato de assinar] Dava visto para saber se a pessoa havia feito a lição. [Riso] Aí ele me disse: “não, João Paulo, depois achei que estava muito humilhante e parei com aquilo”. [Riso]

IMN – Outra história...

JPNC – As grávidas? Com mulher grávida ele tinha condescendência. Essa é uma curiosidade. A grávida não precisava saber muito não. Era a única que passava sem ser brilhante. Ele sempre dizia: “tenho tanta dó de mulher grávida”. [Riso]

IMN – Havia uma história que muitas vezes ele fez na Escola de Direito... Fazia perguntas rápidas, de surpresa, durante as aulas. Então ele fazia uma pergunta e a pessoa respondia. [simula murmúrio] “Não! Fale mais alto! Não estou ouvindo. Fique de pé e fale bem alto para os seus colegas todos escutarem. Repita a pergunta que fiz. E agora, qual é a resposta?”. E o sujeito ficava todo feliz. – “É tal e tal coisa.” E ele: “todo mundo escutou? É para ninguém jamais repetir esta bobagem porque está tudo errado”. [Risos]

JPNC – Do ponto de vista da didática, isso seria até condenado hoje, mas, na época, era muito engraçado.

ECP – Já estamos abordando a carreira de professor universitário de Paulo Neves. Eu gostaria apenas de retroceder um pouco no tempo, para a época em que ele, recém-formado, abriu um escritório de advocacia.

IMN – Ele abriu um escritório logo em seguida? Eu não sabia.

JPNC – Eu não fiquei sabendo disso.

ECP – Encontrei uma menção a isso no depoimento do Dr. Oscar Dias Corrêa¹⁴, que foi colega de Paulo Neves no Ginásio Mineiro e na Faculdade.

ENC – Um depoimento que foi editado pela Assembleia Legislativa?

ECP – Sim.

JPNC – Engraçado. Papai nunca bateu nesta tecla.

ECP – Segundo o Dr. Oscar Dias Corrêa, este escritório foi aberto por ele próprio, o Professor Paulo Neves e o Carlos Castelo Branco¹⁵, que depois se tornou um jornalista e cronista famoso.

¹⁴ CORRÊA, Oscar Dias. *Coleção memória política de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2000, vol. 1, p. 99; 101.

¹⁵ **Carlos Castelo Branco (1920-1993)**. Natural de Teresina (PI), Castelo Branco concluiu o ginásio em 1936 e, por decisão do pai, transferiu-se para Belo Horizonte com o objetivo de fazer o curso pré-jurídico. Em março de 1939 ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Em decorrência de suas dificuldades financeiras, ainda acadêmico começou a trabalhar como repórter de polícia no jornal *O Estado de Minas*, pertencente à cadeia dos Diários Associados, de propriedade de Francisco de Assis Chateaubriand. À medida que prosseguia os estudos, ia perdendo o interesse pela matéria jurídica e intensificando suas atividades como jornalista. Tornou-se subsecretário de redação em *O Estado de Minas* e ligou-se à nova geração de escritores e intelectuais mineiros, da qual faziam parte, entre outros, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Autran Dourado, Oto Lara Resende e Hélio Pelegrino. Bacharelou-se em 1943 e, logo em seguida, abriu um escritório de advocacia. Pouco depois, entretanto, desistiu da profissão para dedicar-se definitivamente ao jornalismo. Permanecendo como secretário em *O Estado de Minas*, expandiu suas atividades na área da imprensa e, em 1944, tornou-se secretário da Agência Meridional de Notícias, em Belo Horizonte, também pertencente aos Diários Associados. Com o processo de redemocratização do país em 1945 e o surgimento de novos partidos políticos, aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN). Embora vinculado às principais personalidades mineiras que organizaram o partido no estado, não chegou a se engajar politicamente na agremiação. Ainda em 1945 foi convidado por Carlos Lacerda para trabalhar no *Diário Carioca* e se transferiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No entanto, quando se apresentou no novo emprego, Lacerda já havia deixado a direção do jornal e, em consequência, não foi admitido. Pouco depois, por intermédio de José Guimarães Neiva Moreira, que trabalhava nos Diários Associados, conseguiu ser contratado como subsecretário de *O Jornal*, órgão líder dessa cadeia. Mais tarde foi indicado por Assis Chateaubriand para executar outras tarefas em diversos órgãos dos Diários Associados. De volta ao Rio, foi secretário do *Diário da Noite* durante alguns meses. Em 1948 deixou o cargo de secretário em *O Jornal* para trabalhar como analista de política no mesmo órgão. Nesse período começou a publicar colunas assinadas e a intensificar seus contatos políticos, o que lhe permitiu adquirir um maior conhecimento da realidade nacional. Em 1950, foi convidado por Pompeu de Sousa para trabalhar como editor político no *Diário Carioca*, recém-remodelado, onde criou uma coluna intitulada “Diário de um repórter”. Visando a garantir um trabalho estável, em 1952 aceitou o convite de Odilo Costa Filho, então procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), para trabalhar como redator nesse órgão. Juntamente com Ferreira Gullar e Benedito Coutinho, organizou então uma pequena revista. Além de manter os empregos anteriores, no ano seguinte começou a trabalhar como editor na *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, e tornou-se correspondente político da *Folha de S. Paulo* e colaborador de *O Estado de S.*

Paulo. Em setembro de 1953 deixou a Tribuna da Imprensa para organizar, ao lado de Neiva Moreira, a seção política da revista *O Cruzeiro*. Após o suicídio de Getúlio Vargas e a posse do vice-presidente João Café Filho na presidência da República em agosto de 1954, foi convidado por Odilo Costa Filho, recém-nomeado diretor do jornal *A Noite*, das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, para assinar a seção política daquele vespertino. Em janeiro de 1960 foi nomeado procurador-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), por indicação de Aufran Dourado, então secretário de imprensa do presidente da República Juscelino Kubitschek. Com a eleição de Jânio em outubro de 1960 e a sua posse na presidência em janeiro do ano seguinte, Castelo foi convidado pelo mineiro José Aparecido de Oliveira, secretário particular do novo presidente, a se tornar secretário de imprensa do governo. Apesar de a princípio ter recusado o convite, acabou transferindo-se para Brasília e assumindo o cargo. Com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, deixou suas funções na assessoria do governo e retornou ao emprego na revista *O Cruzeiro*. Castelo foi chamado por Nascimento Brito para organizar e chefiar a sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e manter sua coluna política diária nesse jornal. Deixando todos os outros trabalhos que realizava na imprensa, tornou-se a partir de então funcionário exclusivo do *Jornal do Brasil* e inaugurou a “Coluna do Castelo”. Embora mantivesse um relacionamento pessoal satisfatório com o presidente da República e seu ministério, considerava que “a desordem reinante no país, que o governo não conseguia controlar, tornava a situação insustentável”. Com base nessa avaliação, foi favorável ao movimento político-militar de março de 1964, que depôs Goulart. Pouco tempo depois, entretanto, Castelo começou a divergir do governo militar chefiado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em virtude do distanciamento do regime em relação às propostas que haviam justificado o movimento, tais como a preservação das instituições democráticas e a defesa do Congresso e do Poder Judiciário. Essas divergências iniciais se aprofundaram quando, em julho de 1964, o presidente Humberto Castelo Branco aceitou a prorrogação do mandato que estava cumprindo, criando assim uma conjuntura favorável à decretação do Ato Institucional nº 2. Desde então, Castelo passou a utilizar sua coluna para expressar suas desconfianças e descontentamentos com o rumo dos acontecimentos políticos, tornando suas críticas cada vez mais intensas e contundentes até a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Nessa data foi preso em Brasília sob a acusação de ter participado dos acontecimentos que levaram a Câmara dos Deputados a negar licença para processar o deputado opositor Mécio Moreira Alves, contrariando pedido formulado pelos ministros militares. Libertado 48 horas depois, teve sua coluna proibida de ser publicada durante algumas semanas. Nos anos subsequentes, que abrangeram o período de intensa repressão política do final do governo do marechal Artur da Costa e Silva e o período de governo do general Emílio Garrastazu Médici, o *Jornal do Brasil* sofreu inúmeras pressões para que Castelo suprimisse o tom crítico com que preparava seus textos, mesmo nas entrelinhas, e se enquadrasse na orientação do governo. Em 1970, quando essas pressões atingiram o clímax, Castelo pediu demissão do jornal. No entanto, como o objetivo do regime era disciplinar e não suspender a publicação de sua coluna, já que isso teria péssimas repercussões políticas, Castelo concordou em mantê-la, exigindo, em contrapartida, um mínimo de espaço para escrever. Ainda em 1970, pela primeira vez concorreu à Academia Brasileira de Letras na vaga de Álvaro Lins. O resultado da eleição deu a vitória a Antônio Houaiss. Em 1971 intensificaram-se as pressões econômicas e políticas do governo sobre o *Jornal do Brasil* para que este enquadrasse o “colunador”. Como resposta, Castelo pediu mais uma vez demissão de seu cargo. Na ocasião, os ministros da Educação, Jarbas Passarinho, e dos Transportes, Mário Andreazza, fizeram um apelo para que Castelo voltasse atrás em sua decisão, pois o governo estava dividido em relação ao assunto e eles pretendiam agir de maneira a sustar as pressões, o que efetivamente ocorreu. Assim, Castelo permaneceu no *Jornal do Brasil* e deu prosseguimento à sua coluna, embora com a liberdade de crítica severamente restringida. Com a posse de Ernesto Geisel na presidência da República em março de 1974 e o estabelecimento de uma política de dissensão que afrouxou a censura à imprensa, a “Coluna do Castelo” voltou a ser publicada com maior liberdade e passou a ser transcrita por jornais de outros estados. Em agosto de 1977 Castelo foi eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Em outubro de 1978, recebeu o prêmio de jornalismo Maria Moors Cabot, concedido pela Universidade de Colúmbia aos profissionais que mais se destacaram na luta pela liberdade de imprensa. Em 1982, Nascimento Brito lançou o nome do jornalista para a Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito em 4 de novembro, ocupando a cadeira de outro jornalista, Raimundo Magalhães Júnior. Foi também membro da Academia Piauiense de Letras, na qual ocupou a cadeira do pai. Fonte: CASTELO BRANCO, Carlos (Verbete). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

ENC – Realmente, há certos episódios que desconhecemos. Nunca soube que ele tivesse aberto um escritório com o Oscar Dias Corrêa, que é o padrinho da Maria Irene. E era um bom homem, um homem interessante.

ECP – Em 1943, Paulo Neves foi aprovado em um concurso da Inspetoria Geral de Ensino. Ele relatou a vocês algo a respeito?

IMN – Era no Colégio...

JPNC – Era inspetor. Era mesmo. Dizia-se que era bravíssimo.

IMN – Muito bravo. Ele falava muito disso.

ECP – Ele foi lotado no Colégio Padre Machado.

MIMN – Padre Machado.

JPNC – Isso. Lembro-me perfeitamente, mas não sei de nada diferente para lhe dizer. Ele não ficou muito tempo na qualidade de inspetor, não é?

ECP – Creio que não.

JPNC – Acho que não era das coisas de que ele mais gostava. Realmente ele foi inspetor. Ele ia lá para ver o quê? Contabilidade? Área administrativa?

ECP – Não sei dizer. Ele era um inspetor do Governo Federal lotado neste colégio. Creio que fiscalizava o ensino em geral.

[FINAL DA 1ª ENTREVISTA]